



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Restauração Conservadora e novas resistências”

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

Programa Morar Feliz em Campos (RJ) sob a ótica do beneficiário

**Pollyana Lopes Dutra¹
Denise Cunha Tavares Terra²**

Resumo: A moradia, enquanto um direito socialmente constituído tem sido um elemento ausente na realidade de famílias brasileiras. Na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) vem se desenvolvendo desde 2011 o programa habitacional Morar Feliz que entregou somente na sua primeira etapa 5 426 moradias. Neste artigo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os moradores contemplados com a casa popular do programa Morar Feliz acerca do atual contexto de moradia, identificando suas formas de adaptação, as relações de sociabilidade e a participação no contexto do novo território, destacando a importância do direito à cidade a todo cidadão.

Palavras-chave: Segregação; Território; Moradia; Habitação Popular; Direito à Cidade.

Morar Feliz Program in Campos (RJ) from the Perspective of the Beneficiary

Abstract: Housing, as a socially constituted right, has been an absent element in the reality of Brazilian families. In the city of Campos dos Goytacazes (RJ), the housing program Morar Feliz has been developing since 2011 with the total of 5 426 popular houses delivered in the first phase. This article will present the results of the research carried out with the beneficiaries contemplated with the popular house of the Morar Feliz program about the current context of housing, identifying their forms of adaptation, social relations and participation in the context of the new territory, highlighting the importance of the right to the city to every citizen.

Keywords: Segregation; Territory; Housing; Popular Housing; Right to the City.

Introdução

A problemática da moradia sob a lógica da ilegalidade constitui hoje um grande desafio para o poder público, pois, além destes espaços terem se expandido, os moradores destes locais estão distantes de bens e serviços públicos mínimos à uma vida digna, bem como o acesso à própria cidade em que se inserem. Estes espaços, além de

¹ Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: pollyanadutra@hotmail.com.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: deniseterra@gmail.com.

situarem-se em áreas impróprias para a habitação, propagam-se nas cidades pelos que não acessaram a casa própria via mercado formal e ficam submetidos à verdadeira informalidade da vida e/ou submetidos a qualquer decisão do poder público.

A cidade de Campos dos Goytacazes, município estado do Rio de Janeiro, revela a realidade da ilegalidade na ocupação do espaço urbano, que vem sendo alvo da política pública habitacional proposta pela gestão municipal iniciada em 2009. Esta gestão propôs por meio do programa Morar Feliz que as famílias residentes nas áreas de risco do município, público preferencial do programa, fossem reassentadas em conjuntos habitacionais.

Pautando-se na discussão da moradia como um direito socialmente constituído, este artigo, fruto de uma dissertação de mestrado, buscará contribuir para o debate deste tema, por meio da realização de pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas com os moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, acerca da percepção destes sobre o seu novo contexto de moradia, e sobre a sociabilidade neste novo contexto, procurando analisar de que forma esta política pública habitacional interferiu em suas vidas. Utilizou-se ainda para análise o banco de dados da Pesquisa “Novos Territórios Urbanos”¹.

O presente artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira evidencia-se a discussão acerca do programa Morar Feliz e na segunda propõe-se a análise sociológica das percepções dos moradores sobre as mudanças ocorridas no seu cotidiano e das relações sociais travadas no novo contexto.

Desenvolvimento

1. A produção habitacional no município de Campos e o programa Morar Feliz

A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes vem atuando com programas de habitação popular desde o ano de 1989, logo após a descentralização político-administrativa, sendo criado em 1990 o Departamento de Habitação Popular².

¹ Trata-se de um survey aplicado com os moradores das casas populares do programa Morar Feliz e do entorno destes espaços totalizando 643 questionários aplicados. O objetivo foi o de “verificar a existência de um processo de segregação espacial” (TIMÓTEO, 2012) nestes locais. Cabe destacar, que utilizamos para a nossa análise apenas os dados dos questionários aplicados com os moradores das casas populares.

² Para trajetória da política habitacional em Campos ver: PÓVOA (2002) e DUTRA (2015).

Apesar das ações pontuais e emergenciais que eram realizadas na área habitacional, visto o lastro histórico acerca das enchentes no município, famílias começaram a ser beneficiadas com casas populares, mas de forma ainda reduzida, pois, após as enchentes, famílias retornavam dos abrigos públicos para suas casas em áreas de risco. Enquanto as catástrofes ocorriam, novas áreas de risco eram ocupadas, visto a exclusão destas famílias do acesso ao mercado formal da moradia, expressando a vulnerabilidade econômica-social no território, problemas que persistem na atualidade.

O programa habitacional Morar Feliz surge como proposta de campanha política com o objetivo principal de reduzir o déficit habitacional existente e retirar famílias de áreas de risco do município, sinalizadas pela Defesa Civil, ofertando para elas as casas populares do referido programa. A proposta do programa em tela estruturou-se em dois momentos, tendo iniciado com a primeira etapa desenvolvida entre os anos de 2011 e 2012 com investimento anunciado em R\$ 357 milhões de reais. Neste primeiro momento foram ofertadas 5 426 casas populares em 14 conjuntos habitacionais, espalhados em 10 bairros da cidade. (tabela 1). Com a realização da primeira etapa do programa, demolições de moradias ocorreram em aproximadamente 17 áreas de risco espalhadas em diferentes pontos da cidade, reassentando milhares de famílias.

É preciso observar que todos os conjuntos foram direcionados às famílias moradoras de áreas de risco, usuárias do aluguel social e encaminhadas ao programa por motivo de vulnerabilidade social – ausência de moradia; com exceção do conjunto de Travessão¹, que foi ocupado por famílias antes da finalização das obras, sem autorização da prefeitura.

TABELA 1 – CONJUNTOS HABITACIONAIS – MORAR FELIZ 1.ª ETAPA

CONJUNTO	NÚMERO DE CASAS ENTREGUES
Parque Prazeres I	250
Parque Prazeres II	164
Novo Eldorado I	348
Novo Eldorado II	936
Novo Eldorado III	140
Santa Rosa (Rio Branco)	598
Parque Aldeia	502
Lagoa das Pedras	100
Tapera I	380
Tapera II	418
Novo Jockey	934
Penha	370
Travessão	100
Esplanada	186
Total: 14 Conjuntos (10 bairros)	Total: 5 426 casas

Fonte: Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS). 2015.

¹ Segundo informações da prefeitura o caso está em trâmite judicial.

A segunda etapa do programa foi iniciada em 2013 com proposta de um investimento total de aproximadamente R\$ 475,5 milhões de reais para a construção de mais 4 574 casas populares, sendo esta etapa mais voltada para áreas do interior do município (zona rural). Apesar da grandiosidade da proposta apenas 672 moradias foram entregues nesta segunda fase do programa, segundo relatório da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS) do município em 2016. Acredita-se que este fato esteja vinculado à problemática atual que afeta o município de Campos com a diminuição na receita dos royalties, dentre outras questões insurgentes no trâmite das obras do programa. Porém, cabe lembrar que a previsão inicial da prefeitura com as duas etapas do programa era de entregar até 2016 o número de 10 000 casas populares, de acordo com as propostas do governo (2009-2016), quando o total de entregues até o fim desta gestão foi de 6 098 casas.

Reforça-se que se trata de um programa estritamente realizado pelo município e que estas casas foram construídas com verba da receita municipal, via receita dos royalties e participações especiais do petróleo, sem estabelecimento de convênio com outras esferas, seja estadual ou federal. Além disso, o programa também atende famílias que estão no Aluguel Social da prefeitura e em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidade estigmatizada em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (MDS, 2004, p. 33).

Dando sequência à compreensão acima,

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (MDS, 2004, p. 42).

Com base neste conceito de vulnerabilidade social, considera-se que estarão adequados ao perfil do programa Morar Feliz os usuários da assistência social vulneráveis à situação de pobreza, que não possuem moradia e/ou não obtiveram acesso à política pública de habitação. Continuaremos a tratar deste programa, buscando a compreensão do cenário em que vivem os moradores a partir da pesquisa realizada junto aos moradores das casas populares do programa habitacional Morar Feliz.

2. Morar Feliz sob a perspectiva dos moradores. Resultados da Pesquisa.

Para realização da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e analisados os dados da Pesquisa Novos Territórios Urbanos. A análise foi centrada nos 9 bairros, compostos por 13 conjuntos habitacionais entregues pela prefeitura aos moradores que estavam dentro dos critérios de seleção. Em cada conjunto foram realizadas 3 entrevistas, pelo método “bola de neve”¹, totalizando 27 entrevistas. Para melhor compreender o cenário atual, foram analisadas algumas questões com os moradores acerca da moradia anterior e da casa popular, moradia atual. Buscou-se identificar as características do antigo imóvel e do antigo local de moradia, a partir dos seus pontos positivos e negativos considerados pelos moradores.

A Pesquisa Novos Territórios Urbanos revelou que 60,5 % dos moradores declararam que a casa antiga possuía de 3 a 5 cômodos, e 44 % declarou que a casa antiga possuía apenas 1 quarto. Durante as entrevistas algumas características do antigo imóvel foram destacadas nas falas dos moradores, que mencionaram alguns problemas, expressos a seguir:

“Era uma casa muito boa pra morar, mas era úmida, tinha rato e meu filho dava crise”.

¹ Cujas seleção dos entrevistados ocorre por meio da indicação de algum morador já entrevistado ou de pessoas que tivessem algum contato com moradores do conjunto. Cabe destacar que em alguns bairros havia indicação de algum morador antes da chegada ao conjunto, o que proporcionava maior facilidade no acesso ao local e na aproximação com os entrevistados. Em outros casos a aproximação era direta, porém cautelosa, com os que estivessem dispostos a participar voluntariamente das entrevistas.

“Muito rato, sem iluminação, sem esgoto, sem água... A água suja ia pra rua e gerava confusão com os vizinhos”.

“Lá a gente não tinha chuveiro, a gente tomava banho de balde e não tinha pia pra escovar o dente. Não tinha esgoto, água encanada...”.

Observa-se nas falas anteriores a precariedade dos imóveis onde os entrevistados residiam, não somente em relação à estrutura da casa, mas também em relação ao saneamento básico, que aparece em algumas falas como um item inexistente no contexto de moradia de alguns dos entrevistados. De acordo com o art.º 3.º da Lei 8.080 do Sistema Único de Saúde (SUS), “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação o transporte, o lazer, o acesso à bens e serviços essenciais [...]” (BRASIL, 1990).

Um acontecimento comum à realidade habitacional de alguns moradores era o enfrentamento de alguns problemas como as enchentes que são presentes no histórico deste município. Logo, as cheias e outros acidentes provenientes das habitações em áreas de risco são lembrados no momento da entrevista:

“Quando a gente veio pra cá a água já tava dentro de casa, estragou meu guarda-roupa todo. O que eu tinha acabou tudo, eu fui comprando aos poucos”.

“Tinha uma linha de trem atrás e uma BR na frente. Hoje eu sou hipertensa por causa da BR. Um caminhão de mármore entrou no quintal da minha filha, quase veio no meu rosto. Já teve um carro que passou por cima das crianças brincando”.

Observa-se nas falas anteriores que as famílias viviam em um cenário de preocupação e insegurança no que tange à moradia, pois os riscos eram constantes no seu cotidiano. A perda dos móveis e pertences nas enchentes, além da deteriorização da casa, acarretavam sérios danos às famílias, não só do ponto de vista material, mas também emocional, visto que, após o desastre tinham que reestruturar a vida no único espaço que tinham.

O que não se pode desconsiderar na análise é o apego pela moradia antiga e os pontos positivos por eles considerados, que mesmo com todas as problemáticas que vivenciavam, foram expressos com certo saudosismo, como mostram as falas:

“Por mais que fosse área de risco lá a gente tinha comércio, ônibus toda hora, pelo menos tinha alguma coisa que a gente precisava. Aqui não tem”.

“Lá era mais animadinho. Eu trabalhava a semana toda, mas no final de semana lá era bom”.

A vinculação do indivíduo com a casa, com o espaço onde se construiu a família e se vivenciou relações afetivas são elementos fundantes desta relação. A proximidade do comércio local, escola, creche, o acesso ao centro e as relações com a vizinhança e o entorno aparecem como itens relevantes aos moradores durante as falas, pois se referem ao acesso e às facilidades da vida cotidiana. A dificuldade para conseguir vaga na creche, a distância entre o novo bairro e a escola e de alguns equipamentos públicos aparecem nas falas. Porém, para alguns moradores os problemas existentes são superados pelo afeto com a antiga casa. Logo, foi possível notar que ainda há muitos laços com este antigo local de moradia que se expressaram na fala dos moradores.

“Lembro do pé de laranja desde pequeno. O negócio são os cinquenta anos de moradia, tive os filhos ali. Eu passo lá, nem olho pra não lembrar... Meu filho chorou muito”.

“A casa não era melhor do que essa, mas o lugar era melhor. Morei vinte e seis anos lá. Acho que me acabei aqui”.

Observa-se o sentimento de saudade demonstrado nas falas com os longos anos de moradia e convívio na antiga casa, que oportunamente trouxe à memória lembranças e uma relação afetiva dos entrevistados com este espaço, revelando a importância desta experiência na construção de suas histórias de vida. Todavia, destaca-se que a permanência destes moradores nas áreas de risco foi permitida por muitos anos pelo poder público, sendo criados territórios na ilegalidade e toda a sua rede de relações foi sendo desenvolvida ao longo dos anos, sendo a ruptura “dolorosa” para estes moradores, que inesperadamente receberam em suas casas a visita de técnicos da prefeitura com proposta de reassentamento em conjunto habitacional do programa Morar Feliz.

Durante as entrevistas era possível perceber a existência de pessoas que não possuíam interesse de sair de suas moradias, mas que ao verem vizinhos saindo e que casas ao redor seriam derrubadas acabaram por decidir pela mudança. Pode-se notar durante as conversas com os moradores que foram feitas intervenções pela prefeitura de forma repentina e apressada, pois não havia um contato prévio de mobilização e aproximação com a ‘comunidade-alvo’, tendo os moradores que decidir fria e rapidamente sobre sua mudança e observar os rumos de sua comunidade, já traçados pelo poder público.

O poder simbólico, partindo dos instrumentos que o permite ser legitimado, estabelece uma relação entre os que exercem o poder e os que lhes estão submetidos, promovendo uma percepção naturalizada da dominação. Segundo Bourdieu,

“[...] É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p.7, 8).

O poder simbólico é uma mão dupla de dominação e subordinação que envolve um contexto ampliado e permeado de contradições, mas que se desenvolve de forma “natural” e quase imperceptível. Partindo deste entendimento, podemos notar que durante algumas intervenções da prefeitura em comunidades o poder simbólico foi exercido à medida que moradores não puderam pensar e participar da formatação previamente concebida sobre seus futuros.

Para melhor compreender a visão dos moradores acerca da significação da mudança, seguem algumas falas que expressam as dificuldades vividas, a adaptação com aceitação e com a não-aceitação dos entrevistados.

Dificuldades:

“No início foi estranho, foi duro. Minha esposa levou mais de 1 ano para se acostumar com o local. Após 2 anos e meio é que fomos acostumando”.

“É muito diferente você sair de um lugar e ir pra outro”.

Adaptação - Aceitação:

“Depois de 3 anos eu acostumei e não me vejo fora daqui”.

“Foi uma mudança boa, a gente morava lá, era uma área de risco. No começo foi ruim pra acostumar, hoje todo mundo já acostumou. Aqui a gente tem água encanada, esgoto...”

Adaptação – Não aceitação:

“Marcou de forma ruim. A casa é boa, mas o local eu não gostei. Olhei lá onde estava minha casinha eu pensei: Ah meu Deus se eu pudesse voltar atrás...”

“Você mexeu com minha cabeça hoje, são cinquenta anos né? Lá eu era X (entrevistado mencionou o nome completo), aqui você é mais um e acabou. A raiz morre toda”

Observa-se nas falas anteriores a diversidade de significados do processo de mudança na vida dessas famílias. O problema da adaptação foi o item mais evidente nas entrevistas, quando os moradores relataram que levaram anos para aceitar o novo lugar, e neste caso, trata-se do território, da questão localização e das histórias de vida. Santos (2012, p. 80) ao discorrer sobre espaço e alienação, expõe: “Espaço é, na linguagem filosófica, sinônimo de objetificação, coisificação, reificação...”, logo,

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno do lugar é uma troca, matriz de um processo intelectual. (SANTOS, 2012, 81).

A vida em um novo espaço, portanto, representa um processo de aprendizagem entre o homem e o espaço, cujo indivíduo precisa se dispor. Esta “adaptação” é exemplificada por Santos no processo de migração, que segundo o autor prejudica o indivíduo, desterritorializa-o, o que gera o “estranhamento”, pois, o território representa um conjunto de elementos da vida cotidiana, expressando sua identidade. Sendo estes elementos diferentes de um território para outro, ocorre um impacto sobre o modo de vida dos indivíduos.

Cabe destacar ainda que, com relação à casa atual, algumas reclamações foram mencionadas¹, mas nos deteremos a expor as dificuldades maiores em relação ao acesso aos serviços essenciais enfrentadas pelos moradores. Durante a pesquisa buscou-se identificar a existência dos seguintes serviços nos conjuntos: Sinalização de Trânsito (vias principal e secundária); Pavimentação das ruas (vias principal e secundária); Iluminação Pública (vias principal e secundária); Ponto de ônibus; Comércio; Escola Pública; Creche Pública; Posto de Saúde; Hospital Público; Clube Esportivo Público; Área de lazer/Praça pública; Centro cultural (bibliotecas, teatros, etc.); Posto Policial/Delegacia.

Os serviços acima mencionados, quando não ausentes, revelavam problemas na sua oferta, com exceção da pavimentação que estava presente nas ruas dos conjuntos. O que chamou mais atenção foi o tempo de espera pelo transporte público que em alguns conjuntos chegou a 2 horas, segundo os relatos, chegando o serviço a ficar inativo aos domingos em um conjunto. Além disso, alguns conjuntos não dispõem de circulação de ônibus em seu interior apesar de sua extensão e seus moradores precisam andar até o ponto mais próximo fora do conjunto para ter acesso ao transporte. Foi possível perceber que, de um modo geral, todos os conjuntos vivenciam a precarização do serviço de transporte público, ficando reduzidas as possibilidades de mobilidade das famílias, afetando intensamente a vida cotidiana.

Logo, ao falar de mobilidade, o direito à cidade parece contraditório a estes moradores, à medida que sofrem coletivamente os transtornos da ineficiência do transporte público e tem reduzida sua circulação nas demais áreas da cidade, pois “a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços (SANTOS, 2012, p. 144.). Observa-se que

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar. (SANTOS, 2012, 141).

A reclamação dos moradores por não acessarem serviços e de estarem distantes de áreas comerciais mais estruturadas se justifica pelo fato de que muitos dos conjuntos foram edificados em espaços pouco povoados e conseqüentemente sem este

¹ Ver: Dutra (2015).

cenário urbano minimamente estruturado. Além destas dificuldades, equipamentos educacionais e culturais são escassos ou inexistentes. Apenas foi sinalizada a existência de creche em um conjunto e equipamento de cunho cultural não foi sinalizado. A tabela 2 expõe as formas de acesso à escola mais próxima.

TABELA 2 – FORMAS DE ACESSO À EQUIPAMENTO EDUCACIONAL

Formas de Acesso	Frequência	Percentual (%)
Ander 10 min.	112	29,8
Ander 11 a 30 min.	140	37,2
Pegar ônibus e andar mais de 10 min.	77	20,5
Transporte Particular	14	3,7
Transporte Público Escolar	4	1,1
NS	23	6,1
NA	1	0,3
NR	5	1,3

Fonte: Pesquisa Novos Territórios Urbanos. 2013. Elaboração própria. 2015.

Observou-se neste contexto que não há oferta de cursos e atividades culturais para crianças e adolescentes. Segundo a percepção de alguns moradores, eles estão entrando para o mundo do tráfico devido a uma conjunção de fatores que envolvem desde a falta de perspectivas destes jovens como a ausência de projetos que os valorizem e motivem.

Com relação à saúde, há grandes dificuldades de acesso. Apenas dois conjuntos estão próximos deste serviço, assim como apenas dois próximos de hospitais, segundo os relatos:

“Para ir no [sic] posto você pega um ônibus, e ainda anda 20 min. a pé. Tem uma criança especial aqui do lado que passou mal. Se meu sobrinho não tivesse aqui de carro ela morria. ‘Emergência em casa’ não vem aqui não” (Conj. Novo Jockey).

“Esses dias fui a pé e levei quase uma hora com meu filho no colo, se tivesse um posto mais perto seria melhor”. (Conj. Eldorado II).

Quanto ao lazer, apenas 1 conjunto recebeu vila olímpica e outros dois teriam quadra e praça. Durante as entrevistas os moradores lembram de compromissos colocados na inauguração por representantes do poder público com a criação de espaços de lazer e aproveitamento de terrenos públicos vazios. Sobre a escuta das demandas destes moradores pelo governo e de qualquer contato da prefeitura com o conjunto os moradores apontavam que não existe:

“Existiu só no dia da entrega. Depois que mudamos nunca mais procurou a gente”.

“Tiveram aqui por causa de venda de casa só”.

Nota-se que as aproximações da população com a prefeitura foram muito breves e pontuais sendo lembrados alguns contatos na época da entrega, ações fiscalizatórias da prefeitura no conjunto, etc. Alguns moradores ao responderem alegaram que recordam da visita de políticos em época eleitoral.

Dentro deste contexto, percebeu-se também nos relatos que há uma boa convivência com a vizinhança, mas há também uma fragilidade nas relações comunitárias, impedindo o “empoderamento” das relações sociais. Observou-se que os laços comunitários precisam ser mais fortalecidos, considerando a importância da politização destes moradores e de sua mobilização para o enfrentamento coletivo das problemáticas cotidianas. Evidencia-se também a falta de investimentos públicos nestes locais que promovam participação e interação entre os moradores como atividades de lazer e cultura, tendo em vista seus contextos de vida, que se configuram ainda como contextos de exclusão.

Considerações Finais

As análises realizadas revelam que as famílias possuíam satisfação com relação à casa, ao novo espaço e às novas condições de moradia, mas demonstraram insatisfação com relação ao novo território e com a falta de serviços públicos essenciais. Destaca-se que os conjuntos foram construídos em locais bastante afastados das áreas centrais da cidade, cuja maioria não possuía e ainda não possui um entorno estruturado com comércios e equipamentos públicos básicos (transporte, saúde, educação, lazer, dentre outros).

Também foi bastante evidenciada a falta de atenção da prefeitura no acompanhamento das famílias na pós-ocupação, prevalecendo um sentimento de abandono e descaso. Cabe destacar que o morar está atrelado a uma gama de outras necessidades relativas à vida diária dos indivíduos, como a alimentação, o vestuário, o consumo, a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a mobilidade, dentre outras. São estes elementos importantes e essenciais ao cotidiano de qualquer cidadão. Logo, observa-se que na realidade dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz em Campos há

muito que ser feito, mas antes, é preciso que esta população seja vista e ouvida pelo poder público, sendo consideradas as particularidades de cada conjunto, de cada território.

Apesar de todos os problemas expostos referentes às casas antigas, foram observados os laços ainda existentes com o antigo território, tendo sido difícil a adaptação no novo local de moradia. Embora existam diversos problemas na realidade dos conjuntos habitacionais, foi constatado que não há organização coletiva dos moradores.

Em meio às ponderações da pesquisa, faz-se necessário considerar que os beneficiários de programas habitacionais precisam ser chamados a participar mais diretamente das diferentes etapas de sua implementação, no intuito de pensar conjuntamente com o poder público a questão que envolve a moradia e as demais dimensões que ela envolve.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Lei n.º 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília (DF), 1990.

DUTRA, Pollyana Lopes. **Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: Análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)-Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

FIGUEIREDO, Nébia. **Método e Metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Yendis, 2007.

FJP, Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Estatísticas e Informações - Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Relatórios Metodológicos. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica**

NOB-SUAS. 2004. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. **A Municipalização da política de habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)-Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2002.